



MANIFESTAÇÃO 25 de Setembro (A Crunha)

O povo galego unido contra a depredação energética

• Entidades sociais das áreas urbanas e rurais convocam à cidadania a se manifestar na Crunha no domingo 25 de setembro, às 12h, baixo o lema “O povo galego unido contra a depredação energética”. A mobilização partirá da Delegación do Governo, percorrerá os cantões, a Avenida da Marinha e rematará na Praza de María Pita.

A Crunha, 16 de setembro 2022. Representantes dos coletivos da Crunha e comarca que convocam a manifestação [“O povo galego unido contra a depredação energética”](#) -a que já confirmaram o seu [apoio coletivos, organizações e plataformas](#) de toda a Galiza-, **presentaram ontem em [ROLDA DE PRENSA](#) as chaves de dita mobilización**, enmarcada nas **atividades convocadas na cidade da Crunha co galho da Semana da Ação Global polo Clima**.

IRIS MCKIRDY, do Centro Social A Comuna, no crunhês bairro de Montealto, destacou que **“na Galiza o fluxo de pessoas entre o rural e o urbano é constante; não são poucos os que vêm às cidades desde o rural para estudar ou a trabalhar, ou gente que nasceu nas cidades mas decidiu marchar às aldeias, polo que a linha que separa o rural e o urbano não está tão definida como noutros territórios. E ainda assim, o peso da luta pola defensa da nossa terra recai em grande parte sobre os entornos rurais. É preciso que as cidades somem a sua força a estes movimentos. Ademais, se bem o 85% destes macroprojetos de polígonos industriais eólicos estão projetados sobre vilas e aldeias de menos de 5.000 habitantes, as cidades também se veem influenciadas polas mudanzas que se producen no meio natural. Por exemplo, os polígonos industriais eólicos [Legre](#) e [Carboeiro](#) afetarão os rios Mendo e Barcés respetivamente, que subministran ao encoro de Cecebre, do que se servem mais de 200.000 crunheses para obter água todos os dias. Por tudo isto, porque é una cuestión de dignidade defender o noso direito a habitar num território saudável, não imos ficar caladas mentres um grupo de empresários e políticos decidem o futuro da nossa terra num despacho.”**

A continuación, **MARUXA ABELLEIRA** da Asociación Nove Refachos e a Plataforma Caíño Brancellao -que agrupa pessoas afetadas polos polígonos [Caíño](#) e [Brancellao](#)-, destacou que **“houvo un tempo em que não nos decatávamos e os concellos**

não faziam pública toda a informação de que dispunham. Isto mudou quando a vizinhança começa a se organizar e a ler o DOG e o BOE diariamente”. Desde o primeiro momento em que se tem constância da possível construção dum destes megaprojetos, “desata-se um clima de tensão nas nossas tranquilas vidas rurais; no melhor dos casos, há 30 dias para alegar e começam as reuniões informativas aos vizinhos”. Um dos primeiros passos, explicou, é “ver onde caem os eólicos e as linhas de alta tensão; há que resaltar o trabalho dos companheiros do [Grupo GIS](#), onde participam ativamente o Sindicato Labrego Galego e Monfero di Non, entre outros, elaborando mapas que reconstróem virtualmente as poligonais eólicas. Aí é quando nos decatamos de que teremos [eólicos de mais de 200 metros](#) -4 vezes a altura da Torre de Hércules- a 500 metros das nossas casas, dos colégios e parques públicos, ambulatórios etc. Que nos vão expropriar as terras para instalar uns “mamotretos” que, em nenhum caso, servirão para reduzir a fatura da luz. Que se construirão polígonos enriba de [zonas naturais protegidas](#), incluso em Reservas da Biosfera da Unesco, e também passando por riba ao nosso património cultural -castros, petróglifos, mosteiros e diferentes Bens de Interesse Cultural-. O seguinte passo a seguir é conseguir alegações. E aí há que resaltar o trabalho da associação 'Petón do Lobo' que está a elaborar alegações mui técnicas, extensas e sem ânimo de lucro para toda a Galiza”.

Abelleira sublinhou também que o mapeio dos polígonos industriais revela que “há um acordo soterrado por parte das administrações europeia, estatal e galega de converterem a Galiza na sua [terra de sacrifício](#). Com a escusa da transição ecológica, estão-se a empregar modelos macro industriais e devoradores de recursos naturais que anulam a condição de “energias limpas” com que se concebiram inicialmente as renováveis. Ademais, cada dia as cousas se põem mais difíceis. As administrações europeias, estatais e galegas planejam eliminar os estudos de impato ambiental destes projetos e mesmo o direito da cidadania a alegar, fazendo cada dia mais complicada a defesa da terra.”

Neste aspeto, central nas reivindicações que procura situar a mobilização convocada para o domingo 25 de setembro, afundou **ARANZA GONZÁLEZ**, da Asociación Aire Limpo nas Mariñas Mandeo, afetada polo macropolígono eólico [Monte do Gato](#). “Vemos como [a legislação está adaptada para as empresas e não para a cidadania](#). Primeiro com a lei de depredação da Xunta de Galicia (2017), que [reduz o tempo de exposição pública e alegações de 30 a 15 dias, condenada polo Tribunal Superior de Xustiza de Galicia](#) (TSXG). Mas também desde março deste ano a nível estatal, colando-nos nos artigos 6 e 7 do RDL6/2022 de medidas sociais pola guerra na Ucrânia a simplificação e acurtamento de trâmites administrativos. Ademais, eliminam a participação pública, porque a diferença do que acontece atualmente com as alegações, quando o vão sacar a público já leva um informe de impato ambiental que acordaram entre a empresa e o órgão de avaliação ambiental, que não tem nem que lhe responder, com 10 dias de silêncio administrativo está tudo aprovado. A dia de hoje con este RDL6/2022 já se tramitaram 8 projetos na Galiza. E como semelha que não lhes parece avondo, isto está-se levando também a nível Europa. A atual normativa europeia relativa ao fomento de energias renováveis [vai ser modificada](#) para que se simplifiquem os trâmites administrativos a estas empresas, que se reduzam os prazos a 15 dias. As organizações sociais estamos presentando alegações, o prazo está aberto até o 27 de setembro. Nesta parte que se quiere modificar é onde está o *quid* da resolução do TSXG, que dixo que havia normativas europeias que

não permitiam a redução de tempos, mas se avança esta modificação já lhe adaptariam também a legislação europeia a isto.”

Aranza González convidou a que o 25 de setembro **“sejamos os mais possíveis, para dizer-lhe aos nossos representantes no Parlamento galego, em Madrid e em Europa que têm que legislar para nós, não para os *lobbies* energéticos, porque se sseguem aprovando leis que legalizam esta situação, isto vai supor a depredação e o espólio da Galiza e dos demais territórios sobre os que estão caindo estes projetos”**.

Concretando esta solicitude, **MIQUEL DOURADO**, integrante de Xuventude polo Clima Galicia - Fridays For Future apresentou as [reivindicações](#) da mobilização que terá lugar na Crunha baixo o lema “O povo galego unido contra a depredação energética”:

- Paralización de todos os parques industriais eólicos em tramitação desde 2019.
- Revisión e submetimento a avaliación estratégica do Plan Sectorial Eólico de Galicia (1997).
- Derrogação da Lei de Implantación de Actividades Empresariais (2017).
- Derrogação da Lei de Simplificación Administrativa (2021).
- Feche de prazo de emendas e realización de votación para proceder à eliminación dos artigos 6 e 7 do RDL6/2022.
- A elaboración duma legislação que estabeleça os mecanismos, institucións e normativa pertinente para conformar un modelo de gestão pública participativa de qualquer tipo de energia produzida com base nos recursos naturais presentes no território galego. O actual grau de dependência social, assim como os mais notáveis impactos humanos e ecológicos do seu desenvolvimento exigem imprescindivelmente que tanto a produção como a comercialização da energia sejam resgatadas das lógicas de mercado e gestionadas ao seu completo por instituições públicas de jeito imediato.
- Um estudo da actual produção e consumo energético na Galiza realizado polas Universidades públicas galegas.
- Un plano público de redesenho do consumo energético com perspectiva decrescentista, garantindo a nossa soberania energética com base nas comunidades de energias renováveis combinadas com o objetivo de limitar o impacto destas instalações, mitigando perdas em deslocamento e favorecendo o control sobre o recurso por parte da povoação.

ARQUIVOS:

**** [IMAGENS](#) e [CORTES DE ÁUDIO](#) correspondentes à rolda de prensa celebrada no CS A Comuna (A Crunha)**

Mais informação:

Foipolovento.org

@FoiPoloVento (FB, Twtr, IN)

foipolovento@riseup.net